



A discussão de ética e compromisso etnográfico na obra de Taniele Cristina Rui com usuários de crack em São Paulo e Campinas

Beatriz Castelo Branco Maciel¹

RESUMO: O intuito deste trabalho é refletir acerca de questões de segurança e ética no trabalho etnográfico a partir da pesquisa e dos relatos de campo de Taniele Cristina Rui. A pesquisa de Rui se deu em espaços de comercialização e uso de crack nas cidades de São Paulo e de Campinas e sua obra relata as decisões que uma antropóloga precisa tomar para frequentá-los. A partir da discussão travada entre a autora, Robert Emerson, Susana de Matos Viegas, José Mapril e Luis Roberto Cardoso Oliveira, busco salientar a extrema relevância do tópico para que outros antropólogos e cientistas sociais busquem soluções de entrada e permanência em campo, considerando princípios éticos, legais e de segurança para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Etnografia; Notas de campo; Antropologia.

The discussion of ethics and ethnographic commitment in the work of Taniele Cristina Rui with crack users in São Paulo and Campinas

ABSTRACT: The purpose of this work is to reflect on issues of safety and ethics in ethnographic work based on research and field reports by Taniele Cristina Rui. Rui's research took place in spaces of sale and use of crack in the cities of São Paulo and Campinas (Brazil), and her work reports the decisions that an anthropologist needs to make to attend them. Based on the discussion between the author, Robert Emerson, Susana de Matos Viegas, José Mapril and Luis Roberto Cardoso Oliveira, I seek to emphasize the extreme relevance of the topic for other anthropologists and social scientists to seek solutions for entering and remaining in the field, considering ethical, legal and safety principles for all.

KEYWORDS: Ethics; Ethnography; Field notes; Anthropology.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-graduada em Antropologia pela Universidade de Lisboa (ULisboa).

Introdução

Taniele Cristina Rui é antropóloga e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção”, publicado em 2014. O livro é adaptado de sua tese de doutorado em Antropologia Social (“Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e trata da investigação sobre usuários de crack e sua relação com os espaços e objetos de uso da substância.

Sua pesquisa de campo se deu entre 2008 e 2010 nas cidades de São Paulo e Campinas (Brasil), especialmente nos espaços de uso de crack. A autora procurou compreender a relação entre corpo e a necessária interface com a substância e a produção de territorialidades, gestões e alteridades a partir destes corpos. Para compreender estes aspectos, foi de suma importância penetrar as redes de solidariedade construídas entre os próprios usuários e de agentes de redução de danos.

A entrada em campo da pesquisadora se deu através de Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalhavam com redução de danos. Os dois projetos surgiram entre 1998 e 2000 como iniciativas ao controle das infecções pelo vírus HIV e, com o passar do tempo e as demandas crescentes relativas ao uso de drogas, outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), hepatites virais e tuberculose incidiram na adaptação para atendimento de diferentes grupos. O Ministério da Saúde já reconhecia a importância de políticas públicas acerca do uso de crack, entretanto, é só em 2009, a partir de exposição midiática, que o governo federal lança planos mais efetivos (RUI, 2012). É neste contexto que Rui descreve sua inserção nas organizações, se apresentando como pesquisadora e explicitando os objetivos de sua pesquisa etnográfica.

A autora passou a frequentar reuniões com os agentes de redução de danos – muitos deles voluntários – e, posteriormente, começou a visitar diferentes espaços de uso das substâncias, semanalmente. Para ela, foi de grande importância o diário de campo, onde dizia ter “a cada semana uma descobertazinha”, permitindo “anotar cada fato observado e, ao fim, é só através dele que consegui tecer uma colcha com os retalhos coletados” (RUI, 2012, p. 48).

É interessante que Rui descreve uma situação vivida no então programa de redução de danos da cidade de Campinas quando disse que era pesquisadora e antropóloga:

Um dos redutores que havia sido DJ em um espaço cultural disse que teve a experiência com alguns alunos de antropologia que iam fazer pesquisa no local e ficavam num canto, apenas anotando o que acontecia em um caderninho, argumentando que tinham que ficar calados para não interferir no que observavam. Perguntou-me se eu faria o mesmo. Respondi que essa era uma possibilidade na prática profissional que poderia ter correspondência com determinados propósitos de pesquisa, mas que, no

caso da inserção que eu almejava, tal quietude não se fazia necessária. Ao contrário, deixei claro que, para mim, era importante interagir o máximo possível tanto os profissionais de redução de danos quanto com os atores por eles acessados (RUI, 2012, p. 32).

Para Robert M. Emerson (1995), a depender das circunstâncias postas em campo, é interessante que o etnógrafo adote diferentes estratégias. Isso inclui as notas e o próprio diário de campo - que Rui diz ser muito importante em seu trabalho de elaboração de tese. Entretanto, diferentemente de outros pesquisadores que passaram pelo programa de redução de danos de Campinas, ela optou por observar de forma participante ao invés de se pôr como uma observadora e “tomadora de notas” somente.

Emerson diz que em situações nas quais pesquisadores participam ativamente em campo é comum que concentrem seus esforços em descobrir quais os anseios e percepções de seus interlocutores; e em muitos casos as notas de campo podem ser adiadas ou, até mesmo, evitadas (EMERSON, 1995). Em determinadas pesquisas de campo, dependendo da demanda que o pesquisador encontre com seus interlocutores, retirar um caderno para fazer anotações pode anular a naturalidade, a emoção e o interesse nas relações.

É passível de questionamento, portanto, qual estratégia o pesquisador pode utilizar em um cenário no qual participar ativamente é essencial. Rui descreve seu campo sendo muitas vezes tenso e até amedrontador, o que requer grande atenção e prudência. Para tal, ela se utiliza da organização de trajetórias *ficcionais*; ficcionais estas a partir de sentido geertziano, por serem construídas pela pesquisadora (RUI, 2012) e por isso descreve a organização das notas etnográficas como sendo uma *colcha de retalhos* a qual ela “costurou” posteriormente. Essa abordagem foi utilizada também para proteger a identidade e a história dos interlocutores, de forma que a pesquisadora pudesse escrever livremente sobre suas experiências sem se atrelar a minúcias e respeitando o anonimato.

A importância dos diários de campo serviu não só para a pesquisa etnográfica, mas também para registrar o que ocorrera durante as visitas feitas pelos redutores de dano. Rui também transcreve parte do diário no dia em que fez uma visita a um galpão abandonado e diz sentir medo, explicando detalhadamente qual sucessão de fatos a fez ficar amedrontada. Emerson diz que é comum que pesquisadores possam se sentir incertos ao introduzir experiências que os tenham angustiado ou humilhado, mas que este é um exercício de sensibilidade para que as anotações não impactem negativamente a relação com os interlocutores (EMERSON, 1995). No caso de Rui, descrito na página 170, fazer qualquer tipo de anotação durante sua visita ao galpão poderia até mesmo pôr sua vida em risco. Para tal, mesmo que a transcrição de detalhes pudesse ser perdida com o passar do tempo, é preciso que o pesquisador saiba o momento certo de escrever e também o *timing* necessário para não subtrair as

emoções pulsantes – que também fazem parte da experiência e sensibilidade etnográfica.

O exercício de fazer anotações rápidas, principalmente em momentos de diálogos importantes, pode captar expressões que foram ditas de forma que a pesquisadora (ou o pesquisador) não suponham palavras a partir de seus sentimentos e emoções. Entretanto, para que a relação com os interlocutores possa adentrar patamares mais profundos, é possível que essas notas precisem ser adiadas. De qualquer forma, o pesquisador precisa estar atento a palavras-chave em situações emblemáticas para que a transcrição esteja o mais próxima possível dos reais acontecimentos.

Porém, o episódio vivido por Taniele Rui, ao mesmo tempo que abre discussão para as formas de transcrição de situações onde pegar um bloco de notas pode significar concebível risco de vida, não traduz o cotidiano da pesquisa etnográfica. Esses episódios são significativos, mas raros, e podem nem mesmo acontecer em um campo. De um modo geral, a atenção do etnógrafo deve se ater às “dimensões mais prosaicas da vida” (VIEGAS, 2008, p. 225). Para tal, é importante o *estranhamento* inicial que o pesquisador sente ao frequentar pelas primeiras vezes o campo; tal estranhamento é o que permitirá a produção de notas acerca do cenário, dos sujeitos, dos objetos e das características gerais, que devem ser captadas antes que se tornem *lugar comum* para o pesquisador.

É importante salientar que as notas de campo e o diário de campo são, de certa forma, parte da intimidade do pesquisador, fornecendo também uma “estrutura e um objetivo à experiência do dia a dia no campo” e servem como uma “memória textual”, além de serem uma forma de “contextualização da própria etnografia” (VIEGAS, 2008, p. 228).

O diário de campo é também o que dá corpo às relações interpessoais travadas durante a pesquisa, podendo revelar a cristalização dos vínculos afetivos e das vivências compartilhadas. Rui descreve sua relação com uma usuária a qual chama de Fernanda e diz que a primeira vez que se viram havia sido em abril de 2010 (RUI, 2012), antes de sua viagem a Portugal. Quando voltou, um ano depois, descobriu que Fernanda havia perguntado por ela, o que fez Rui reler as notas que descreviam as frases que sua interlocutora usou e os sentimentos que a pesquisadora sentiu no primeiro e no segundo encontro com Fernanda. É graças às notas de campo que, muitas vezes, o pesquisador pode lembrar situações e até mesmo sentimentos vivenciados com diferentes sujeitos, para depois reconstituir uma trajetória mútua.

A escrita e a ética etnográfica

Analisar o trabalho delicado que Rui fez com os usuários de drogas nas cidades de Campinas e de São Paulo não poderia deixar de lado aspectos como a ética

etnográfica, uma vez que seus interlocutores vivenciavam uma situação de extrema marginalização social e de desconfiança quotidiana. Parte deste exercício de sensibilidade aparece na própria estratégia de organização de suas notas e materiais coletados durante o campo e da estruturação da pesquisa para que não prejudicasse, expusesse ou constrangesse estes sujeitos. Para Luís Roberto Cardoso de Oliveira, os compromissos éticos dos antropólogos estão nos compromissos “com a verdade [...], com os sujeitos da pesquisa [...] e com a sociedade e a cidadania” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Ao citar a organização de *trajetórias ficcionais* proposta por Clifford Geertz, a autora não só se utiliza de uma forma de uso para suas anotações etnográficas, como também desenvolve o “exercício prático da alteridade”, uma vez que é no espaço do encontro com o outro que o estudo da narrativa se propõe como uma possibilidade de “reinscrição” no tempo e na(s) forma(s) de experiência(s) (OLIVEIRA, 2012). A autora também reitera que seu comprometimento com o anonimato e com o perigo eminente de que descrições literais poderiam recair em aspectos individuais foi o que a fez tomar as decisões de estruturação da tese de doutorado, pensando no que seria mais proveitoso para sua pesquisa e também para o bem-estar dos envolvidos. Quanto a isso, Rui escreve:

A opção por essa forma narrativa [de trajetória ficcionais organizadas] ainda está de acordo com um aspecto ético, por mim bastante prezado: guardar sigilo sobre as identidades pessoais. Com o firme propósito de evitar que a descrição recaia em aspectos individuais que podem tanto diminuir em demasia modos de interação que, ao longo da pesquisa, percebi serem recorrentes, quanto ferir a privacidade dos envolvidos, optei por fazer uso de uma liberdade descritiva e expressiva, também analítica, que concentrará muitas das minhas observações em personagens estratégicos. Trata-se fundamentalmente de uma forma de dar visibilidade ao que me instiga pela relação que tem possibilidade de expansão empírica e interpretativa; e não pela biografia particularizada, que, no caso de um estudo como esse, só circunscreve e delata (RUI, 2012, p. 49).

No trecho destacado percebe-se as premissas salientadas por Oliveira (2010), onde há comprometimento com a verdade e com a produção de conhecimento baseado em critérios válidos e também o cuidado com a responsabilidade e o compromisso ético em respeito aos interlocutores. Para a pesquisa de Rui, ainda há um agravante: algumas das pessoas poderiam estar sob o efeito de substâncias que modificassem seus parâmetros sobre consentimento e permissão, o que desafia ainda mais o pesquisador ou a pesquisadora a compreender até onde pode ir na descrição etnográfica que compartilhará com o público; levando ao terceiro ponto proposto pelo autor, de que há também o compromisso com a sociedade e com o compartilhamento de conhecimento que agregue aos demais cidadãos, mas sem que isso prejudique o grupo escutado para o trabalho.

Oliveira entende que a antropologia faz uma análise *com* seres humanos, diferentemente de áreas biomédicas que pressupõem uma interferência direta *em*

seres humanos (OLIVEIRA, 2010, p. 30). Quando há interferência direta, ele diz, é importante que haja consciência ampla dos procedimentos a serem realizados e quais consequências podem trazer para quem se submete a eles; há, por isso, a tentativa de que instituições reproduzam a ótica biomédica no caso de pesquisas antropológicas, mas há que se considerar que são áreas com diferentes particularidades a serem respeitadas. Para tal, mesmo que o pesquisador faça notas pessoais relatando vivências em campo com seus interlocutores, há que se ter responsabilidade ética para analisar o que é mais sensato de ser publicado, incluindo o cuidado com o bem-estar e o sigilo das pessoas que fazem parte do estudo.

Um dos pontos levantados por Oliveira (2010) acerca da ética antropológica diz respeito à responsabilidade não somente durante o campo, mas também posteriormente, além da responsabilidade com a informação e com o que foi confiado ao pesquisador durante as conversas. É de responsabilidade do pesquisador, também, compreender em que situação se encontram as pessoas que participam da pesquisa etnográfica para que se evite prejudicar e marginalizar ainda mais determinado grupo ou pessoa.

Taniele Rui relata que durante sua pesquisa etnográfica, viveu um misto de “agente de saúde, educadora social, redutora de danos e psicóloga” (RUI, 2012, p. 50), de forma que seu papel como pesquisadora foi, diversas vezes, visto como secundário por seus interlocutores. Ela cita que os usuários de crack não tinham nenhuma espécie de organização para exigir algum tipo de acordo ético entre eles e os pesquisadores e que a respeitavam pelo fato de não ser uma agente repressora, mas também estar presente num lugar onde poucas pessoas não usuárias de drogas frequentam. Neste contexto, ela revela ter questionado diversas vezes seus limites éticos enquanto pesquisadora e até a própria relevância da pesquisa. Ela diz ainda que:

Espero, contudo, que os momentos amistosos partilhados durante o trabalho de campo, que o respeito mútuo constituinte de toda a nossa relação e que o fato de eu tornar tal interação pública possam servir de reparação para essa ruptura. Se como querem muitos defensores da etnografia, a prática profissional deve ser guiada pela experiência empírica, reflexiva, afetiva e textual do contato, creio que não se pode voltar dela apresentando aos leitores apenas “os dados objetivos” encontrados. Se grande parte da honestidade intelectual do antropólogo é medida pela sua reflexão sobre a entrada em campo, penso que o mesmo deve valer no que diz respeito à sua saída (RUI, 2012, p. 50).

É notável que a preocupação de Taniele Cristina Rui com a ética etnográfica foi um dos pilares de seu trabalho, se utilizando de passagens das histórias de seus interlocutores e criticando a forma como essas pessoas são vistas pela sociedade. Ao narrar a história de Maria, uma usuária de drogas que sofreu diversos tipos de abusos durante a vida, ela termina de relatar sua história dizendo que, para muitos, Maria seria apenas vista como “viciada em crack”, e não como uma pessoa que passou por tantas adversidades em sua trajetória pessoal. Para tal, ela se utiliza da análise de Taussig (1988) acerca de narrativas fantásticas que permeiam o ofício etnográfico e de

como verdade e ficção se embrenham na narrativa antropológica, mas que devem fazer o leitor buscar, nestas histórias contadas, não a ficção, mas a realidade. E assim ela toma como sua a responsabilidade de transmitir esses relatos, histórias e fragmentos que coletou durante a pesquisa.

O exercício ético do antropólogo e a vivência da autora vão ao encontro do termo “mutualidade”, que se refere a um sentimento de partilha entre pesquisador e interlocutor. Susana de Matos Viegas e José Mapril se apropriam do termo de João de Pina-Cabral, compreendendo esta *mutualidade* enquanto uma relação de “(co)responsabilidade” e “cedências mútuas” (VIEGAS e MAPRIL, 2012, p. 515). Para tal, é necessário não um consentimento irrestrito por parte do antropólogo em campo, mas sim a criação e a manutenção do diálogo e da produção de condições de mutualidade.

Na experiência etnográfica, mesmo os pequenos detalhes precisam ser levados em consideração na análise do que se vê, escuta e sente. Ao falar sobre sua entrada em campo, Rui descreve que não havia a possibilidade de penetrar sozinha os espaços de uso das substâncias sem pôr em risco sua própria preservação física e que se utilizar das organizações foi a forma que encontrou para ter acesso aos usuários, respeitando suas limitações. Descrevendo sua decisão, ela cita o trabalho de Phillipe Bourgois e Jeff Schonberg (2009), que frequentaram lugares de uso de heroína em São Francisco, nos Estados Unidos, e que disseram ter que participar de uma “economia moral dos usuários compulsivos” (RUI, 2012, p. 35 *apud* BOURGOIS e SCHONBERG, 2009, p. 6), que incluía dar dinheiro a esses moradores para que não fossem vistos como egoístas ou mesquinhos.

Mesmo problematizando sua entrada através de organizações, Rui acreditou ser mais prudente tomar esta decisão, ainda que tivesse que respeitar as regras e protocolos das entidades. Por isso ela diz que algumas perguntas nunca puderam ser feitas para os usuários de drogas e também que não pôde ter acesso às localidades fora dos horários estipulados ou distante da equipe de redução de danos. Todas essas decisões – imprescindíveis ao trabalho etnográfico – determinam não só a forma como o pesquisador ou a pesquisadora vai se relacionar com os interlocutores, mas também como vai formular o trabalho posteriormente. Viegas e Mapril entendem esse movimento como o processo de construção do conhecimento, que está “em constante transformação e que se produz no seio de relações sociais” (VIEGAS e MAPRIL, 2012, p. 517). Eles ainda sugerem que a vivência em campo não é apenas subjetiva, mas também de prolongada intersubjetividade, desenvolvida por meio de revelações partilhadas mutuamente.

Considerações Finais

O trabalho de Taniele Cristina Rui carrega, de forma latente, aspectos sobre a condução da pesquisa de campo e as estratégias utilizadas para análise que dialogam com o que tem se discutido na antropologia nos últimos anos, principalmente no que se trata da ética etnográfica, da importância das notas e do diário de campo e da sensibilidade do pesquisador com os interlocutores. É nítido que o processo de reflexividade acerca da subjetividade e intersubjetividade das relações interpessoais tem grande espaço no trabalho da autora, levando o leitor a enxergar de forma diferenciada uma parcela da população que é hostilizada não só por outros cidadãos, mas pelas próprias políticas públicas e pelo sistema de saúde.

A elaboração da vivência em campo, a preocupação com as notas de forma a “se costurarem” numa “colcha de retalhos” (RUI, 2012) e até as próprias aflições explicitadas por Taniele Rui levam o leitor para dentro do processo etnográfico, de forma a compreender as subjetividades do processo. Viegas e Mapril (2012) entendem que não é necessariamente o exercício da empatia que o pesquisador deve exercer, mas sim a percepção de vínculo mútuo, de produção compartilhada do conhecimento a partir do encontro, do local, do contexto e da conjuntura – tudo analisado de forma a ser depurado conceitualmente ou o que diria Marshall Sahlins (2011, p. 11) sobre a importância da mutualidade:

como a “mutualidade do ser”: uma relação entre pessoas que ‘pertencem [*belong*] umas às outras, que são parte umas das outras, que estão copresentes umas nas outras, cujas vidas estão juntas e são interdependentes’ (VIEGAS; MAPRIL, 2012, p. 2 apud SAHLINS, 2011, p. 11).

Por fim, o trabalho de Taniele Cristina Rui elucida ao leitor a complexidade da pesquisa antropológica enquanto encontro com o outro, onde os detalhes interferem nas percepções, análises, descrições e emoções retratadas e que devem ser levadas em consideração. O encontro, observação e questionamento ao outro é o que caracteriza o trabalho antropológico e a ética precisa acompanhar esse movimento para que a formulação teórica caminhe conjuntamente ao processo de narrativa descritiva. Viegas e Mapril acreditam que a “experiência intersubjetiva [...] não é apenas um meio (um método) para alcançar um fim (conhecimento), mas uma forma efetiva de criar/produzir conhecimento” (VIEGAS e MAPRIL, 2012, p. 519), experiência esta que cabe do início ao fim do trabalho etnográfico apresentado em “Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”.

Referências bibliográficas

BOURGOIS, P. e SCHONBERG, J. **Righteous Dopefiend**. University of California Press, 2009.

EMERSON, R. M. et al. "In the Field: Participating, observing and jotting notes" in **Writing Ethnographic Fieldnotes**, orgs. Robert M. Emerson, Rachel Fretz and Linda L. Shaw. Chicago: The University of Chicago, 1995.

GEERTZ, C. **Os usos da diversidade. Nova Luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

OLIVEIRA, L. R. C. "A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas". In Fleischer, Soraya e Patrice Schuch (org). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Letras livres. Editora Unb. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, R. P. Antropologia e filosofia: estética e experiência em Clifford Geertz e Walter Benjamin. **Horizontes Antropológicos**, vol. 18, Porto Alegre, 2012.

PINA-CABRAL, J. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica, **Mana**, 9 (1): 109-122, 2003.

RUI, T. C. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, SP, 2012.

SAHLINS, M. What is kinship (part one). **Journal of the Royal Anthropological Institute**, n. s., 17: 2-29, 2011.

TAUSSIG, M. **Terror as usual**. A talk delivered at conference "Talking Terrorism: ideologies and paradigms in a postmodern world. Stanford University, Humanities Center, February 4-6, 1988.

VIEGAS, S. M. Entusiasmo e Contra-Revelação: Uma Antropologia do Quotidiano entre os Tupinambá no Sul da Bahia. In : Sônia Frias (Ed.) **Etnografia e Emoções**, pp. 223-260. Editora ISCSP, 2008.

VIEGAS, S. M. e MAPRIL, J. Mutualidade e Conhecimento Etnográfico in Viegas, Susana de Matos e José Mapril (org.). **Dossier temático Imprevistos e mutualidade: a produção do conhecimento etnográfico em antropologia**. Etnográfica, V.16 (3), 2012.